



Proteção e promoção do espaço cívico: uma condição habilitante para a agenda de Governo Aberto

27 de maio de 2024
OpenGovWeek - Brasil



oe.cd/open-gov-brazil

Governo aberto no Brasil: Avaliação da OCDE (2022)



- O caminho do Brasil rumo a uma maior abertura começou há mais de 20 anos, com metas históricas: Conselho Nacional de Saúde, orçamento participativo de Porto Alegre, legislação LAI, plataforma de dados abertos, fundação da Parceria Governo Aberto (OGP), etc.
- O processo OGP tem estado no centro da agenda de governo aberto.
- O Brasil está caminhando **gradualmente** para uma agenda de governo aberto **integrado** (principalmente através dos planos de ação OGP), mas a agenda continua fragmentada e focada em questões de transparência e anticorrupção.
- Os níveis subnacionais de governo implementaram muitas iniciativas governamentais abertas, mas **atualmente não há uma visão integrada que seja transversal aos níveis de governo (Estado Aberto)**.

Participação social : Avaliação da OCDE (2022)

PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS E PARTES INTERESSADAS NO BRASIL

1. Construir uma estrutura coerente e clara para a participação dos cidadãos e partes interessadas, promovendo a harmonização da estrutura jurídica, detalhando a aplicação do Artigo 193 da Constituição Federal e adotando uma política ou estratégia abrangente de participação.



2. Estabelecer uma arquitetura institucional mais eficiente reduzindo as autoridades públicas com um mandato de participação para simplificar a coordenação a dois níveis: Administração e coordenação de políticas em uma Secretaria Especial de Participação Social (na SEGOV ou Casa Civil) e um centro de especialização para apoio técnico e coerência com o Governo Aberto na CGU.



3. Fortalecer os processos participativos existentes, fornecendo recursos humanos e financeiros suficientes, alcançando grupos sub-representados e incentivando as instituições públicas a passar da consulta para práticas mais envolventes (por exemplo, processos deliberativos).



4. Assegurar a qualidade, eficiência e impacto dos Conselhos Nacionais e Conferências, considerando uma revisão do Decreto 9759 de 2019, em consulta com todas as partes interessadas relevantes, garantindo que ele melhore e não atrapalhe o impacto dos colegiados. Apoiar a diversidade de participantes nas Conferências e garantir uma representação igualitária das partes interessadas governamentais e não-governamentais como requisito mínimo para todos os Conselhos.





Espaço cívico e governo aberto

Compreensão expansiva e holística do governo aberto que reconhece a importância de um ambiente propício como condição habilitante



Espaço Cívico

Conjunto de condições **legais, políticas, institucionais** e **práticas** necessárias para que os atores não governamentais tenham **acesso a informações e dados**, se **expressem**, se **associem**, se **organizem** e **participem** da vida pública



Observatório do Espaço Cívico da OCDE

**Coleta e validação
de dados**

**Aconselhamento de
formuladores de
políticas públicas**

**Diálogo entre atores não
governamentais e
governos e colaboração
com as OSC**

**Intercâmbio de boas
práticas**

**Análises nacionais
sobre espaço cívico
e participação**

**Desenvolvimento
de indicadores
(CPB)**

Suporte técnico

**Guia prático para
formuladores
de políticas públicas**

**Aprendizagem entre
pares**

**Estudos regionais e
comparativos**

**Iniciativa Reforçar a Democracia
Recomendação sobre Governo Aberto**



Espaço Cívico: Abordagem OCDE

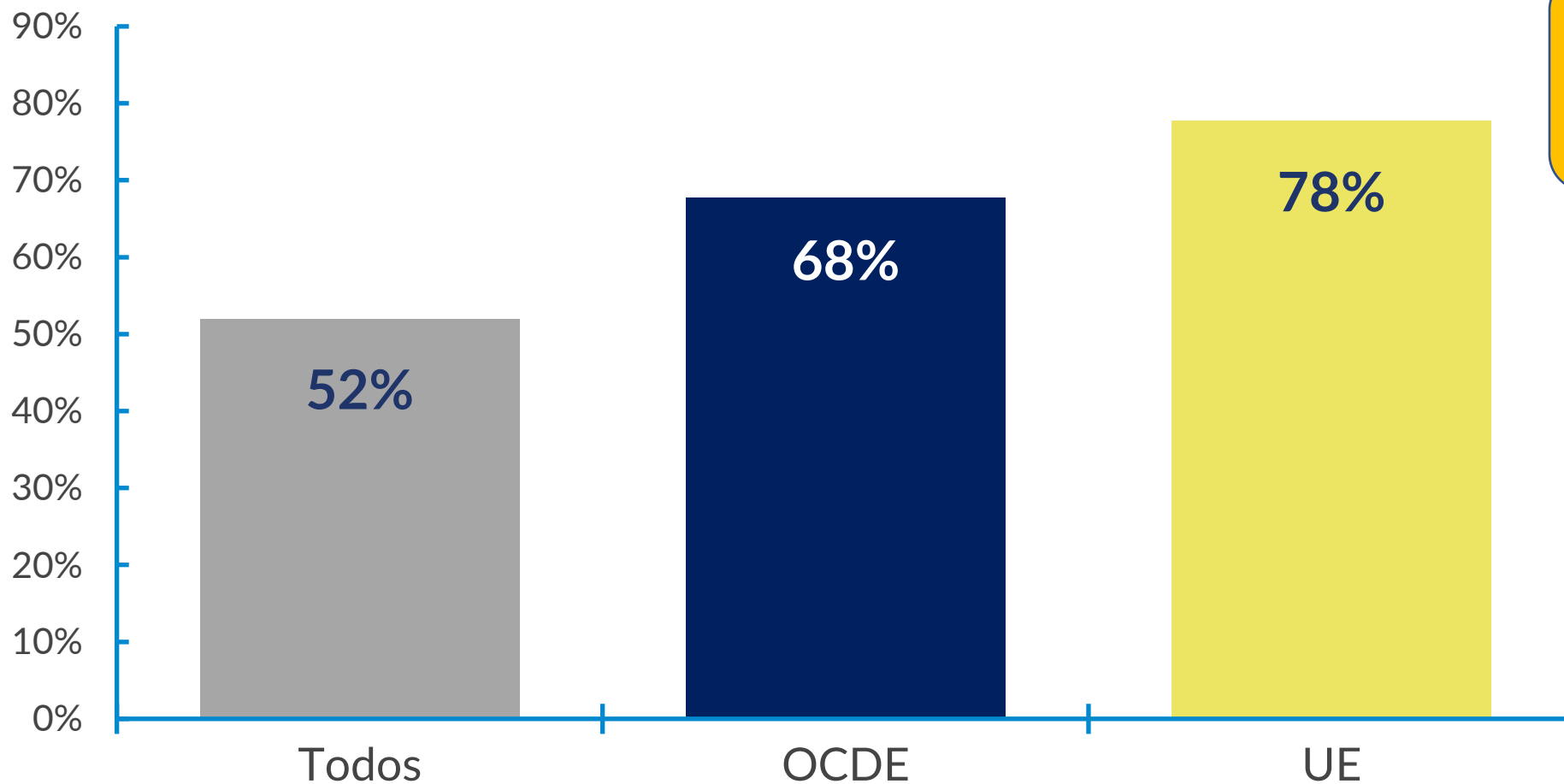


Relatório Global sobre espaço cívico

52 governos		Dados validados por governos
OCDE (33)	Não membros (19)	ALC (13)
Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Rep. Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, Alemanha, Grécia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coréia, Letônia, Lituânia, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos	Argentina, Armênia, Brasil, Camarões, Rep. Dominicana, Equador, Guatemala, Honduras, Indonésia, Cazaquistão, Líbano, Marrocos, Panamá, Peru, Filipinas, Romênia, Tunísia, Ucrânia, Uruguai	Argentina Brasil Chile Colômbia Costa Rica Equador Guatemala Honduras México Panamá Peru Rep. Dominicana Uruguai



Exemplo de descoberta: Estratégias Nacionais para apoiar a sociedade civil



***Poucos países fazem
avaliação de impacto
das estratégias**



10

recomendações de alto nível

1. Proteger e facilitar a **liberdade de expressão**
2. Proteger e facilitar a **liberdade de reunião pacífica** e o direito de protesto
3. Combater a **discriminação, exclusão e marginalização** que afetam desproporcionalmente certos grupos e impede a igualdade de participação na vida pública
4. Salvar e proteger **defensores de direitos humanos, jornalistas, denunciante**s e outros grupos de risco
5. Fomentar um **ecossistema de informação de interesse público** que proteja a mídia independente e promova o acesso à informação
6. Proteger o **espaço cívico online**, incluindo o combate ao discurso de ódio e à desinformação (*mis- and dis-*)
7. Fomentar um **ambiente propício para as OSC** que facilite sua contribuição para a sociedade
8. Respeitar a **privacidade** e assegurar **proteção de dados pessoais** para evitar a intrusão e interferência arbitrárias na vida pública
9. Proteger o espaço cívico tanto **internamente** quanto por meio da **cooperação para o desenvolvimento**, como parte de uma abordagem coerente de políticas públicas
10. Proteger e promover sistematicamente o espaço cívico como uma **pré-condição para os cidadãos e partes interessadas participarem na tomada de decisões públicas**

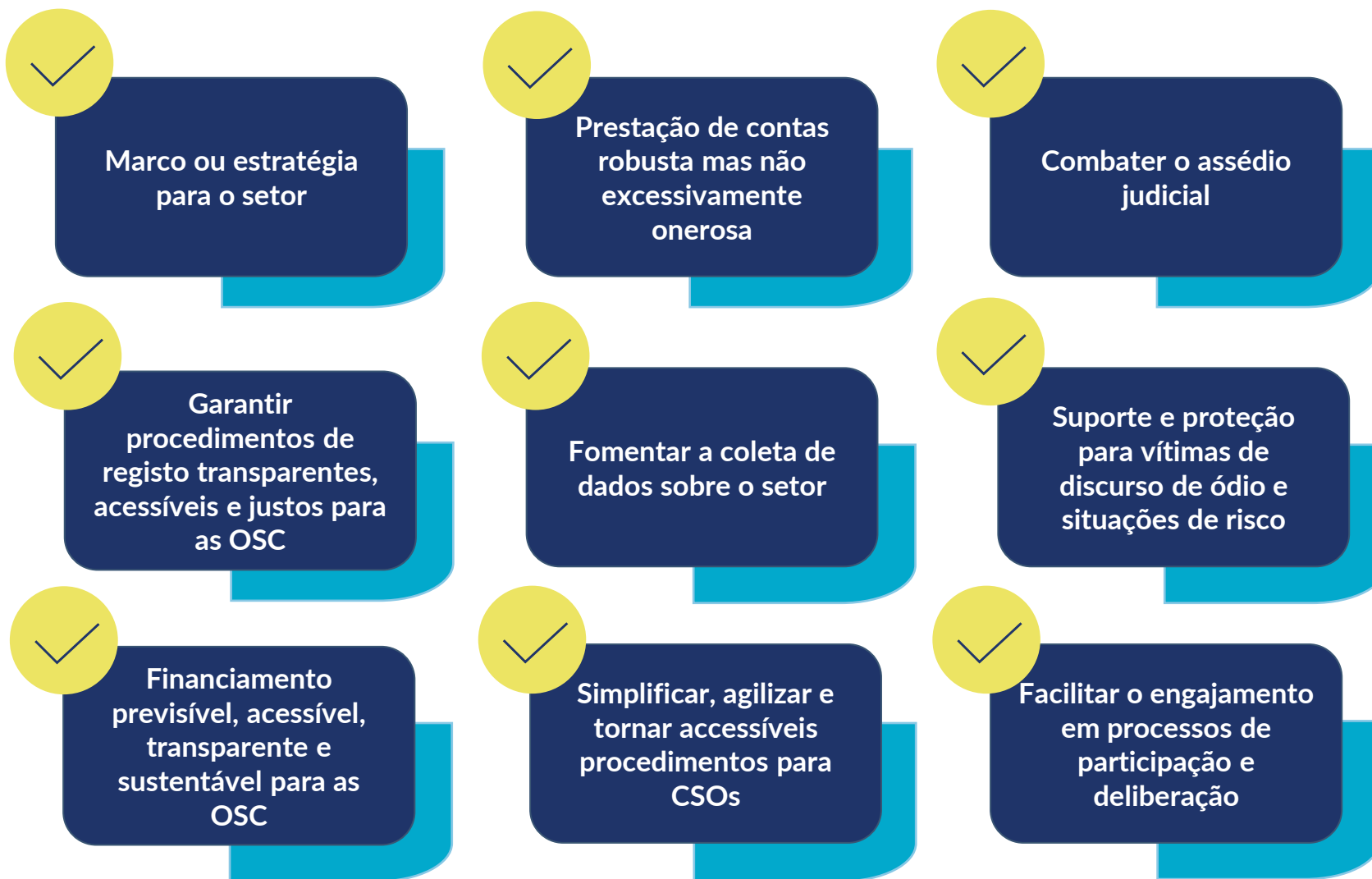
Guia para Formuladores de Políticas Públicas (2024)



- Publicação gêmea do Relatório Global de 2022
- Rol de **ações concretas** para implementar cada uma das 10 recomendações de alto nível
- **64 boas práticas** de 27 contextos nacionais diversos
- Oportunidade para **assistência adaptada** aos países em qualquer área de interesse



Exemplo: ambiente propício para OSCs





Monitorar o espaço cívico: quais dados?

LIBERDADE DE REUNIÃO

Número de reuniões e protestos realizados

Intervenções de forças de segurança

Ferimentos de forças de segurança e civis

Identificação individual de forças de segurança

Protocolos de intervenção e uso proporcional da força

Treinamento para manejo de multidões e táticas de desescalada

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Sanções criminais para crimes contra a honra

Prisão por crimes contra a honra

Casos identificados como SLAPPs

Processos rejeitados ou improcedentes por serem SLAPPs

Penalidades impostas por proposição de SLAPPs

Assistência a vítimas de SLAPPs

ACESSO À INFORMAÇÃO

Pedidos de informação concedidos ou negados

Atrasos nas respostas às solicitações

Recursos acolhidos e negados

PROTEÇÃO A GRUPOS DE RISCO

Ameaças, ataques, mortes

Ordens de proteção emitidas



Monitorar o espaço cívico: quais dados?

AMBIENTE PROPÍCIO PARA AS OSC

Tempo médio para criação e registro

Número de OSC registradas, ativas e desregistradas

Montante de recursos públicos tipo de atividade

Custo médio real para criação e registro

Montante de recursos públicos para OSC

Montante de recursos públicos por setor de atividade

Quantidade de documentos necessários para registro

Número de OSC que recebem recursos públicos

Diversidades de fontes e canais de financiamento

Denegação de registro

Duração do financiamento público

Frequência de relatórios exigidos para OSC que recebem recursos públicos e internacionais

Agilidade, simplicidade e acessibilidade dos procedimentos no ciclo de vida das OSC

*E mais...



Experiência e apoio da OCDE



Muito obrigado!

Contato

Deniz Devrim, deniz.DEVRIM@OECD.org

Mauricio Mejia, mauricio.MEJIAGALVAN@OECD.org

Renan Fernandes, renan.BARBOSAFERNANDES@OECD.org

[Oe.cd/CivicSpace](https://oe.cd/CivicSpace)
[@OECDgov](https://twitter.com/OECDgov) [#CivicSpace](https://twitter.com/CivicSpace)

OCDE – Diretoria de Governança Pública, Maio de 2024

